

# As federações desportivas

Prof. Doutor Rui Teixeira Santos

# Introdução

- No dia 31 de Dezembro de 2008, foi aprovado um novo regime das federações desportivas, através do Decreto-Lei nº 248-B/2008, com base na Lei das Actividades Físicas e do Desporto, que veio revogar o Decreto-Lei nº 144/93, de 26 de Abril.
- Este trabalho tem como objectivo apresentar o Decreto-Lei nº 248-B/2008 de 31 de Dezembro, e os artigos mais relevantes que o compõe, nomeadamente, os tipos de federações desportivas, o estatuto de utilidade pública, o novo regime jurídico, as ligas profissionais e a relação entre as federações desportivas, as ligas profissionais e as selecções nacionais.

# A Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto

- A Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto, que define as bases das politicas de desenvolvimento da actividade física e do desporto, foi aprovada pela Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro, veio estabelecer um conjunto de orientações para a atribuição do estatuto de utilidade pública desportiva às federações desportivas, as quais apontam para a necessidade de se proceder a uma extensa reforma relativamente à organização e funcionamento destas organizações.

# Decreto-Lei nº 248-B/2008

- No Decreto-Lei nº 248-B/2008, de 31 de Dezembro, foi elaborada uma reforma que empreende uma concepção unitária de federação desportiva, enquanto organização autónoma dotada de todos os órgãos necessários para reger a respectiva modalidade desportiva, incluindo os relativos à disciplina da arbitragem e à aplicação a justiça.
- Este decreto estabelece o regime jurídico das federações desportivas e as condições de atribuição do estatuto de utilidade pública.

- Um dos principais objectivos desta reforma foi o de garantir a independência das decisões, a estratégia que se optou foi, a democratização interna das federações e não por soluções de ingerência externa no seu funcionamento.
- De entre as principais inovações deste regime jurídico das federações desportivas destacam-se as seguintes:
- a distinção entre federações das modalidades colectivas e federações das modalidades individuais, uma vez que são muito diversos os problemas de umas e de outras;
- estabelece -se o princípio da renovação quadrienal da atribuição do estatuto de utilidade pública desportiva, garantindo -se assim um reexame periódico das razões que justificaram a atribuição inicial daquele estatuto, o que será concretizado em períodos coincidentes com o de cada ciclo olímpico.

- quer as federações das modalidades colectivas, quer as das modalidades individuais, devem reservar 30 % dos delegados para os representantes dos agentes desportivos (praticantes, treinadores e árbitros), sendo os restantes 70 % reservados para os representantes dos clubes (ou suas organizações). Nas modalidades colectivas, acresce ainda que terá de haver um equilíbrio entre os representantes dos clubes intervenientes nos quadros competitivos nacionais (35 %) e os representantes dos que intervêm nos quadros competitivos distritais ou regionais (35 %);
- Com vista a impedir o regresso a sistemas de votos corporativamente expressos, proíbem-se os votos por procuração ou por correspondência.

# Conceito de federações desportivas (Artigo 2.º)

- As federações desportivas são as pessoas colectivas constituídas sob a forma de associação sem fins lucrativos que, englobando clubes ou sociedades desportivas, associações de âmbito territorial, ligas profissionais, se as houver, praticantes, técnicos, juízes e árbitros, e demais entidades que promovam, pratiquem ou contribuam para o desenvolvimento da respectiva modalidade.

# Tipos de federações desportivas (Artigo 3.º)

- As federações desportivas podem ser unidesportivas ou multidesportivas.
- **Unidesportivas** – são as que englobam pessoas ou entidades dedicadas à prática da mesma modalidade desportiva, incluindo as suas várias disciplinas;
- **Multidesportivas** - as que se dedicam, cumulativamente, ao desenvolvimento da prática de diferentes modalidades desportivas, em áreas específicas de organização social, designadamente no âmbito do desporto para cidadãos portadores de deficiência e do desporto no quadro do sistema educativo.



# Outros Artigos do Capítulo I

## (Disposições gerais)

- Às federações desportivas é aplicável o regime jurídico das associações de direito privado (Artigo 4.º); - Associações civis (Codigo Civil)
- As federações desportivas são independentes do Estado, dos partidos políticos e das instituições religiosas, assim como, organizam-se e prosseguem as suas actividades de acordo com os princípios da liberdade, da democraticidade, da representatividade e da transparência (Artigo 5.º);
- As federações desportivas devem, na sua denominação, mencionar a modalidade desportiva a que dedicam a sua actividade e têm a sua sede em território nacional (Artigo 6.º).

# Capítulo II - Estatuto de Utilidade Pública

- Segundo o Artigo 10.º, o estatuto de utilidade pública desportiva confere a uma federação desportiva a competência para o exercício, em exclusivo, por modalidade ou conjunto de modalidades, de poderes regulamentares, disciplinares e outros de natureza pública, bem como a titularidade dos direitos e deveres especialmente previstos na lei.

# Suspensão do estatuto de utilidade pública

- Através do Artigo 21.º, o estatuto de utilidade pública desportiva pode ser suspenso por despacho fundamentado do membro do Governo responsável pela área do desporto nos seguintes casos: *a)* Violação das regras de organização interna das federações desportivas constantes do presente decreto-lei; *b)* Não cumprimento da legislação contra a dopagem no desporto, bem como da relativa ao combate à violência, à corrupção, ao racismo e à xenofobia; *c)* Não cumprimento de obrigações fiscais ou de prestações para com a segurança social; *d)* Violação das obrigações contratuais assumidas para com o Estado através de contratos -programa.

# Cessão do estatuto de utilidade pública

- Pelo Artigo 22.º, o estatuto de utilidade pública desportiva cessa: *a)* Com a extinção da federação desportiva; *b)* Por cancelamento. *c)* Pelo decurso do prazo pelo qual foi concedido sem que tenha havido renovação.

# Capítulo III - Organização e funcionamento das federações desportivas

- Pelo Artigo 27.º (Liga profissional):
  - 1 - A liga profissional exerce, por delegação da respectiva federação, as competências relativas às competições de natureza profissional, nomeadamente:

- 2 - A liga profissional é integrada, obrigatoriamente, pelos clubes e sociedades desportivas que disputem as competições profissionais.
- 3 -A liga profissional pode, ainda, nos termos definidos nos seus estatutos, integrar representantes de outros agentes desportivos.
- 4 - Cabe à liga profissional exercer, relativamente às competições de carácter profissional, as competências da federação em matéria de organização, direcção, disciplina e arbitragem, nos termos da lei.

# Relações da federação desportiva com a liga profissional (Artigo 28.º)

- 1 – O relacionamento entre a federação desportiva e a respectiva liga profissional é regulado por contrato, válido para quatro épocas desportivas, a celebrar entre essas entidades;
- 2 - No contrato mencionado no número anterior deve acordar-se, entre outras matérias, o número de clubes que participam na competição desportiva profissional, o regime de acesso entre as competições desportivas não profissionais e profissionais, a organização da actividade das selecções nacionais e o apoio à actividade desportiva não profissional.

- 3 - Os quadros competitivos geridos pela liga profissional constituem o nível mais elevado das competições desportivas desenvolvidas no âmbito da respectiva federação.
- 4 - Com excepção do apoio à actividade desportiva não profissional, na falta de acordo entre a federação desportiva e a respectiva liga profissional para a celebração ou renovação do contrato a que se refere o n.º 1, compete ao Conselho Nacional do Desporto regular, provisoriamente e até que seja obtido consenso entre as partes, as matérias referidas no n.º 2.
- 5 - O incumprimento da deliberação do Conselho Nacional do Desporto a que se refere o número anterior constitui fundamento para a suspensão do estatuto da utilidade pública desportiva.



# Órgão estatutários (Artigo 32.º)

- As federações desportivas devem contemplar na sua estrutura orgânica, pelo menos, os seguintes órgãos:
- *a)* Assembleia Geral; *b)* Presidente; *c)* Direcção; *d)* Conselho fiscal; *e)* Conselho de disciplina; *f)* Conselho de justiça; *g)* Conselho de arbitragem.

# Regime Disciplinar

- Através do Artigo 52.º, as federações desportivas devem dispor de regulamentos disciplinares com vista a sancionar a violação das regras de jogo ou da competição, bem como as demais regras desportivas, nomeadamente as relativas à ética desportiva.
- Para efeitos da presente lei, são consideradas normas de defesa da ética desportiva as que visam sancionar a violência, dopagem, a corrupção, o racismo e a xenofobia, bem como quaisquer outras manifestações de perversão do fenómeno desportivo.
- Segundo o Artigo 55.º, o regime da responsabilidade disciplinar é independente da responsabilidade civil ou penal.

# Seleccções nacionais (Artigo 63.º)

- A participação em selecção nacional organizada por federação desportiva é reservada a cidadãos nacionais.
- As condições a que obedece a participação dos praticantes desportivos nas selecções nacionais são definidas nos estatutos federativos ou nos respectivos regulamentos, tendo em consideração o interesse público dessa participação e os legítimos interesses das federações, dos clubes e dos praticantes desportivos.
- A participação nas selecções nacionais é obrigatória, salvo motivo justificado, para os praticantes desportivos que tenham beneficiado de medidas específicas de apoio no âmbito do regime de alto rendimento.

# Considerações Finais

- É de extrema importância o conhecimento deste Decreto-Lei, em especial dos profissionais da área do treino desportivo, para se poder ter o conhecimento necessário de todo o processo administrativo, jurídico e organizacional das federações desportivas.
- Tal Decreto-Lei aborda questões fulcrais que visam o regular e legal funcionamento das federações desportivas, uma vez que tais questões são cada vez mais abordadas, por isso, torna-se indispensável o seu conhecimento por parte de todos os seus agentes.

# Referências Bibliográficas

- Diário da República, quarta-feira 31 de Dezembro de 2008, nº 252 - 3º suplemento - Decreto-Lei nº 248/B 2008: 9300-(415).
- FIM